

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - LEDI: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rose Clér Estivaleta Beche

Mestre em Educação, professora do Centro de Educação a Distância/UDESC
e-mail: clerbcead@gmail.com

Solange Cristina da Silva

Mestre em Educação, professora do Centro de Educação a Distância/UDESC
e-mail: solangesilva@udesc.br

Resumo. Este artigo refere-se ao relato de uma experiência de extensão articulada com a pesquisa e o ensino, do Centro de Educação a Distância-CEAD da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, ao constituir o LEDI – Laboratório de Educação Inclusiva. O LEDI é um projeto de extensão que iniciou-se com a configuração de um espaço promotor e centralizador das ações no atendimento das especificidades dos acadêmicos surdos e cegos do Curso de Pedagogia a Distância do CEAD com vistas à adaptação em Braille, ampliação de materiais e a oferta da LIBRAS para o acesso desses discentes visando a construção de uma acessibilidade arquitetônica e atitudinal. A partir do segundo ano do Curso, ampliou suas ações, objetivando produzir interfaces com diversos grupos de pesquisa, núcleos da UDESC e entidades que atuam no desenvolvimento tecnológico, na promoção de conhecimentos referentes a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais, bem como na implementação de políticas de ação afirmativa, articulando os três eixos norteadores das ações pedagógicas: pesquisa, ensino e extensão. Essas ações se modificam ano a ano, tendo como eixos principais: Formação de Professores e Educação Sexual; Educação Inclusiva; Arte e Inclusão; Educação de Surdos e Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Essas ações são voltadas para acadêmicos, profissionais da educação e comunidade, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva.

Palavras chaves: Extensão Universitária, Inclusão, Formação de professores, Tecnologia.

LABORATORY OF INCLUSIVE EDUCATION – LEDI: INCLUSION OF AN EXPERIENCE

IN STATE UNIVERSITY OF SANTA CATARINA

Abstract: This article refers to reports an extension experience combined with research and teaching, the Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (Center for Distance Education at the University of Santa Catarina State), to constitute the LEDI - Laboratório de Educação Inclusiva (Laboratory of Inclusive Education). The LEDI is an extension project that began with the configuration of a space to promote and action in addressing the specificities of the deaf and blind students to adapt materials in Braille, enlarged, LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais – Brazilian Signs Language) to access these students, as well as contributing to the construction of architectural and attitudinal accessibility. From the second year the LEDI expanded its activities, aiming to produce interfaces with several research groups, nuclei of UDESC and entities working on technological development, on expansion of knowledge concerning the social inclusion of people with educational needs, as well as the implementation of affirmative action politics, linking the three axes of the pedagogical activities: teaching, research and extension. These actions are modified every year having major areas: Teacher Education and Sex Education; Inclusive Education; Art and Inclusion; Deaf Education and Education for Sustainable Development. These shares are offered to students, education professionals and community, contributing in building an inclusive society.

Keyword: University Extension, Inclusion, Teacher training, Technology

Atualmente, nos diversos contextos sociais, principalmente no espaço educacional, uma questão é latente: como acolher as diferenças. Para um educador não tem nada mais desafiador do que fazer uma educação realmente inclusiva. Nesse contexto, trazemos neste artigo¹ um relato de experiência da efetivação de uma proposta inclusiva, por meio do LEdI – Laboratório de Educação Inclusiva do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Os direitos das pessoas com deficiência não são mais questionáveis. No entanto, após 16 anos, a Declaração de Salamanca (1994, p. 17,18) define que “a educação, nos seus mais diferentes níveis, deve acolher todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”, mas ainda nossas práticas pedagógicas, na maioria das vezes, são excludentes.

A Declaração de Salamanca defende a inclusão no sentido amplo, acolhendo todas as diferenças, não se restringindo somente à questão das deficiências. Propõe um olhar para educação como direito de todos. Esse documento preconiza o direito à individualidade, ou seja, cada sujeito aprende de forma peculiar, com características, habilidades e necessidades únicas e os sistemas educacionais devem prever o atendimento e o respeito às diferenças, oferecendo uma educação centrada no sujeito. Certamente essa proposição trouxe para a realidade educacional um imenso desafio para o qual, mesmo depois de quase duas décadas deste compromisso ter sido firmado, poucas são as instituições educacionais que desenvolvem projetos inclusivos efetivamente.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro tem como base uma gama variada de teorias que embasam suas proposições sem, no entanto, garantir a educação de qualidade proposta em seus projetos. Nesse contexto, transformar os ideais inclusivos em realidade configura-se como um sonho longe de ser alcançado. Os documentos norteadores da educação preconizam a inclusão e incitam propostas no âmbito das instituições, visando aproximar o ideário à realidade cotidiana. Por sua vez, as escolas constroem seus Projetos Políticos Pedagógicos norteados por aquelas diretrizes, objetivando atender aos maiores ideais propostos. O resultado deste processo é uma educação ainda centrada nos conteúdos, com professores pouco valorizados, metodologias inadequadas e discentes que se esforçam para aprender na forma que é

¹ Esse texto tem como base o artigo publicado nos anais do VI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. (Beche & Silva, 2010)

ensinado, muitas vezes, incentivados pela aprovação, não pela aquisição de conhecimentos. Dentro do quadro descrito, vislumbrar a proposição de transformar a escola regular em espaço aberto e solidário capaz de acolher aos discentes com necessidades especiais, atendendo a todos indistintamente e promovendo, por meio de sua essência, o combate a atitudes discriminatórias, torna-se cada vez mais desafiador tanto para os professores como para os gestores do sistema.

Ainda utilizando a referida o que preconiza as referida declaração, marco de políticas públicas que visam à inclusão, salientamos a necessidade, prevista em tal documento, de uma atenção especial para a preparação dos profissionais da educação, tanto na sua formação inicial como em serviço, para desenvolver a tarefa pedagógica com base em princípios inclusivos. Em contrapartida é discurso comum dos educadores não se sentirem preparados para desenvolver o trabalho pedagógico num contexto com tantas diferenças a serem contempladas. Se, por um lado observamos a ampla divulgação de propostas governamentais que visam qualificar os docentes, por outro, nos deparamos com o chão das salas de aula de um imenso país onde, sob as mais diferentes condições, a educação se efetiva, e de onde, por vezes, passam longe dos resultados esperados.

Januzzi (2004) nos ajuda a entender esse quadro, a princípio, tão contraditório, quando esmiúça o processo inclusivo em três vertentes: a da economia, a da normalização/integração e a vertente da inclusão.

Na vertente da economia, a escola primou por atender a necessidade do sistema capitalista cujo “trabalho era valorizado como capital necessário e indispensável como fator de desenvolvimento econômico do país. A educação era louvada como elemento de promoção individual, de acesso a melhores empregos, aumento de renda” (JANNUZZI, 2004, p.175). Nessa perspectiva, as pessoas com necessidades especiais eram desconsideradas por não produzirem, logo, não tinham espaço no sistema educacional vigente, afinal a educação, para esses sujeitos, tinha como objetivo aproximá-los do sistema produtivo para que pudessem sobreviver.

Na segunda vertente, a da normalização/integração, o foco era o pedagógico, em consonância com os objetivos da vertente anterior, ou seja, centrar os esforços em como ensinar para atender aos anseios capitalistas, sendo que “um dos princípios evocados pelos que aqui eram responsáveis por essa educação foi o da *normalização*, que aqui

penetrou em fins de 1970 e início de 1980, ainda hoje citado principalmente em relação ao deficiente mental” (JANNUZZI, 2004, p.180). Neste enfoque educacional, os esforços eram dirigidos para aproximar os sujeitos com deficiência do padrão considerado “normal”, também concebido como “normatização”. A diferença trazida pelo sujeito era motivadora da oferta de recursos que minimizassem esse distanciamento. Legalmente, institui-se o direito à escolarização, atribuindo aos sujeitos com deficiência a obrigação de adequar-se à realidade educacional existente, evidenciando o descompromisso com a permanência e o efetivo aprendizado destes sujeitos.

A terceira vertente, motivada pela Declaração de Salamanca, acontece a partir da década de 90 e “implica uma reestruturação do sistema comum de ensino” (JANNUZZI, 2004, p.187). A inclusão surge tendo como diferencial a presença dos sujeitos com deficiência por meio de entidades representativas dos seus direitos, e começa a propor, com base na experiência vivida, uma nova configuração para a educação. Tendo como base a reivindicação dos sujeitos interessados e a presença da lei, os espaços educacionais começam a ser adequados para acolher as diferenças que, agora, são concebidas como parte da identidade dos alunos. Nessa proposta, a adequação dos espaços físicos da escola é parte de um projeto maior de superação das barreiras segregadoras, visando contemplar, de forma indistinta, a todos os alunos com uma educação capaz de desenvolver habilidades e competências para o exercício da cidadania plena.

Como as propostas extrapolam as palavras escritas, porque são desenvolvidas por profissionais e discentes, ou seja, a dimensão humana é definidora dos resultados, nesse caso também precisamos considerar as diferentes concepções sobre inclusão, evidenciadas nos espaços educacionais e registradas na bibliografia. Para tanto, elegemos as três consideradas capazes de explicar a realidade do processo inclusivo atual.

Inicialmente, a Inclusão Teórica, como o nome explicita, permanece no discurso, sem ações efetivas e consistentes. Essa é descrita por Skliar (2006,p.28) como “(...) uma forma solapada, às vezes sutil, ainda que sempre trágica, de uma relação de colonialidade com a alteridade”. Ou seja, consideram-se apenas os direitos preconizados

na lei em detrimento do crédito à proposta, motivado por interesses políticos ou econômicos.

A Inclusão das Pessoas com Deficiência é a segunda concepção e aponta para o atendimento somente a esse grupo minoritário, desconsiderando todas as outras diferenças. O espaço educacional deve preparar-se para receber estes sujeitos, no entanto, como são minoria; as ações previstas ficam no âmbito do pedagógico, sem grandes modificações estruturais. Percebe-se uma aproximação desta concepção com a Integração, pois responsabiliza primeiramente os próprios sujeitos com deficiência pelo sucesso ou fracasso obtido e, posteriormente, a instituição educacional, a sociedade e as políticas públicas. Sem mudanças estruturais, a escola permanece com os mesmos problemas que historicamente, são responsáveis pelos insucessos dos alunos ditos normais (GÓES, 2002).

A terceira é a da Inclusão Total, proposta que visa o direito à educação para todos, indistintamente. Propõe mudanças profundas, norteadas por políticas educacionais comprometidas com o direito ao exercício das diferenças individuais. A Inclusão Total traz benefícios a todos envolvidos desde que, embasada numa nova concepção de escola, de aluno, de professor, de ensinar e de aprender, cujas necessidades dos professores, funcionários, família são considerados também (STAINBACK e STAINBACK, 1999; MANTOAN, 1997; DECHICHI, 2001).

Todas essas concepções elencadas têm as mesmas bases legais e teóricas, apesar de distintas, tornando evidente a amplitude do conceito de inclusão (MENDES, 2001, p. 45). Dentro desse conceito, cabem ações com dimensões diferenciadas que são explicitadas no cotidiano das escolas e que norteiam os resultados das avaliações oficiais no que tange ao aproveitamento do ensino realizado.

A importância da inclusão não é mais discutível nem motivadora de pesquisas, pois se pressupõe que já esteja absorvida pelo sistema educacional. No entanto, a dúvida que persiste é: em que bases a inclusão, concebida para todos, é possível?

Do mesmo modo, a realidade, ainda excludente, se repete também no espaço da educação superior. Ações isoladas tentam minimizar essa situação. Apesar de alguns avanços, temos que concordar com Rezende (In LITTO & FORMIGA, 2009, p. 138), que assim afirmam:

Poucos são os espaços que se esforçam em oferecer acessibilidade para atender às pessoas com deficiência e/ou altas habilidades/superdotação, apresentando materiais em

mais de um formato como texto simples, legendas explicativas, texto em HTML, com legendas para imagens e gravações de áudio.

Entretanto, os sujeitos, normalmente excluídos, agora marcam presença e reivindicam seus direitos como acadêmicos e mostram que é possível um fazer pedagógico inclusivo.

Conceber a inclusão como uma proposta passível de efetivação é vislumbrar um novo paradigma educacional a ser construído. Outras formas de ensinar e de aprender, novas e velhas metodologias a serviço da necessidade evidenciada de flexibilização curricular, capacitação constante dos profissionais envolvidos, articulação entre as diversas áreas do conhecimento, presença da comunidade escolar nas decisões, compartilhamento de resultados e dificuldades promovendo a educação de qualidade preconizada e sonhada.

Acreditando na inclusão como realidade possível, a Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC, por meio do Centro de Educação a Distância - CEAD, constitui o LEI – Laboratório de Educação Inclusiva, objetivando fomentar as políticas e ações inclusivas dessa Universidade, transformando-se em um espaço privilegiado de articulação, produção e dinamização de ações que diminuam as causas da exclusão.

O LEI é um projeto de extensão que iniciou como a configuração de um espaço promotor e centralizador das ações no atendimento às especificidades dos acadêmicos surdos e cegos, no sentido de adaptação de materiais para o acesso desses discentes, bem como para contribuir também na construção de uma acessibilidade arquitetônica e atitudinal. Essa iniciativa surgiu de uma necessidade emergente no ano de 2002, a partir da reivindicação da comunidade das pessoas com história de cegueira e surdez, motivando o Centro de Educação a Distância - CEAD a possibilitar também a esses grupos acesso ao Curso de Pedagogia à Distância, nas Habilitações *Séries Iniciais e Educação Infantil*. Para esse curso, muitas adequações curriculares foram necessárias, estabelecidas a partir de parcerias com as instituições voltadas para o atendimento aos cegos e surdos. Além disso, o CEAD pôde contar também com a presença atenta dos discentes no processo de construção dessa proposta inclusiva e o que foi primordial para o sucesso do curso, resultando na formatura de quarenta e nove acadêmicos, sendo doze cegos, cinco com baixa visão e trinta e dois surdos.

Nesse processo de construção pedagógica, com o propósito de considerar a forma de comunicação do surdo e sua experiência visual, os encontros presenciais eram realizados na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - por tutores bilíngues e intérpretes, que se utilizavam de tecnologias de informação e comunicação (computadores, vídeos pedagógicos em LIBRAS ou com tradução simultânea), TGD e fax, ambiente virtual de aprendizagem e *site* com dicionário visual. Do mesmo modo, foram feitas adaptações no currículo do curso, incluindo-se disciplinas independentes e específicas como Língua Brasileira de Sinais e Português Instrumental, entre outras. No que se refere aos discentes com deficiência visual, pela sua heterogeneidade no sentido de termos alguns discentes com baixa visão, outros cegos, alguns que liam e escreviam em Braille, outros por meio do computador, instituíram-se diferentes recursos com o objetivo de atender às necessidades educacionais de cada aluno. Nesse sentido, foi feita a adaptação dos cadernos pedagógicos, os quais foram transcritos para Braille (para quem tinha o domínio de tal sistema), ampliados (para os alunos com baixa visão) e gravados em fitas cassetes ou CD (para os alunos que ainda não dominavam o Braille). Os livros sugeridos como bibliografia complementar foram digitalizados e disponibilizados aos alunos por meio da ACIC e por meio da plataforma virtual do CEAD, em um site acessível construído para a navegação desse grupo, disponibilizados materiais pedagógicos, literários e científicos, fóruns de discussão, informações sobre legislação e sobre Braille, dicas de informática, notícias, eventos, entre outros. Outra adaptação feita refere-se a filmes usados nas disciplinas, os quais foram assistidos pelos alunos com a presença de um narrador que descrevia as cenas e, se necessário, um leitor de legenda. As avaliações realizadas por meio de provas e de trabalhos escritos, também tiveram a mesma adaptação: tudo foi transcrito para o Braille, ampliado e gravado em fitas cassetes ou CD e, depois, foi novamente transcrito para que pudesse ser corrigido pelos professores. A tecnologia foi amplamente utilizada, através do computador (com leitores de tela associados a sintetizadores de voz e ampliadores de tela) e ambientes de pesquisa virtual.

A tecnologia computacional é fundamental para oferecer cursos a distância com qualidade. A educação a distância, através da tecnologia, pode solucionar alguns problemas de acessibilidade, experienciados pelas pessoas com história de deficiência visual. De acordo com Miranda (2002, p. 25), “a falta de material ampliado ou em

relevo, de livros transcritos para o Braille, sonoro ou em suporte digital, a insuficiência e precariedade de serviços especializados são enfatizados como fatores que dificultam ou comprometem a escolarização”.

Com o surgimento da Internet, alguns desses materiais passaram a ser disponibilizados e poderiam ser acessados com o uso de ferramentas adequadas, possibilitando que as pessoas com deficiência visual utilizem o computador e acessem as informações na Internet, superando suas dificuldades; no entanto, mesmo com o uso dessas ferramentas, a organização inadequada e a falta de aplicação de regras de acessibilidade nos sites, com apresentação predominantemente visual, dificultam o seu uso por esses sujeitos. De acordo com MIRANDA (2002, p.18),

[...] percebe-se que há muitas situações em que as tecnologias que dão suporte a essa modalidade de ensino não são acessíveis para todas as pessoas, principalmente aquelas com alguma deficiência específica. A exemplo, pode-se citar as páginas Web que usam imagens sem equivalentes textuais. Páginas com essas características impedem que usuários com limitações visuais tenham acesso a informação de forma completa. Ainda, falando de imagem, outro exemplo que impede a acessibilidade em cursos a distância via Web é quando os equipamentos utilizados têm muito baixa resolução, o que impede, igualmente o acesso à informação.

A utilização da tecnologia como instrumento pedagógico, bem como, o maior respeito aos diferentes caminhos percorridos pelos discentes na aquisição de seus conhecimentos, foram constatações evidenciadas e que reforçam o ideal do corpo docente do CEAD de tornar concreto aquilo que preconiza a LDB quanto à inclusão, no seu Artigo 59, no sentido de que “os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. (MEC, 2007)

Nesse sentido, o LEdI cumpriu o compromisso assumido na ampliação ao acesso e à permanência dessas pessoas no espaço educacional da UDESC, atestando a ampliação da qualidade do atendimento dos estudantes, no que diz respeito à produção de materiais que possibilitem a acessibilidade.!

O LEdI tornou-se um articulador de ideias, intenções e ações, oportunizando a ampliação das ações necessárias para o desenvolvimento do Curso de Pedagogia para as referidas turmas, ampliando suas ações a partir do segundo ano de atividade. Dentro dessa proposta, o LEdI, como se estrutura atualmente, objetiva produzir interfaces com diversos grupos de pesquisa, núcleos da UDESC e entidades que atuam no

desenvolvimento tecnológico, na ampliação de conhecimentos referentes à inclusão social das pessoas com necessidades educacionais, bem como na implementação de políticas de ação afirmativa, articulando os três eixos norteadores das ações pedagógicas: pesquisa, ensino e extensão. Essas ações são diferenciadas a cada ano, tendo como eixos principais: Formação de Professores e Educação Sexual; Educação Inclusiva; Arte e Inclusão; Educação de Surdos e Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Nos quatro anos de existência do LEdI, muitas ações foram promovidas visando a auxiliar no processo inclusivo de discentes com necessidades especiais de nossa Universidade. No ano de 2009, o CEAD ofereceu quatro programas de extensão, com 03 ações cada um deles como, por exemplo: o Programa de Educação Inclusiva; 06 Projetos isolados sem ônus, sendo a “Oficina de Produção de uma Rádio On-Line por meio do uso de Softwares Free”, o “Curso a Distância de Formação de Educadores/Professores em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) – Edição 2009”, entre outros e um projeto regido pelo Edital PROEXT Cultura 2008, denominado “Museu de Arte: Objetos de Inclusão”, bem como quatro projetos de pesquisa e um projeto de ensino. Esses projetos foram desenvolvidos por docentes e discentes do CEAD, alguns em parceria com outros Centros da UDESC, tendo sido oferecidos a acadêmicos, comunidade e profissionais da educação, contribuindo na construção de uma sociedade inclusiva.

O LEdI tem oferecido projetos de extensão e como tal faz vem estabelecendo relação entre conhecimentos acadêmicos e da comunidade. De acordo com Silva (2009, p. 01):

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar, até a comunidade, os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos que produz com a pesquisa, e que normalmente divulga com o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários. Assim, o conhecimento não se traduz em privilégio apenas da minoria que é aprovada no vestibular, mas difundido pela comunidade, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade.

Por reconhecer a importância deste espaço articulador e promotor das ações na área da inclusão, a direção do CEAD encampou a proposta de torná-lo um Órgão Setorial com o objetivo de garantir sua autonomia no gerenciamento de seus projetos e ações, processo que percorre os trâmites internos desse centro.

O LEdI promove, na sua essência, ações motivadoras da inclusão, aproximando a temática da comunidade por meio de projetos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tornando-se um espaço de diálogo acerca da Inclusão, instituindo parcerias com outros Centros da UDESC, e como parceiros busca a superação das necessidades observadas no atendimento aos discentes com necessidades especiais.

CONCLUSÃO

A Educação Inclusiva tem sido tema de reflexão e ansiedade para discentes dos diversos espaços e níveis de ensino. Considerando a inclusão um preceito legal e passível de efetivação no ensino superior, foi constituído o LEdI, objetivando articular e fortalecer as ações de inclusão dentro do Centro de Educação a Distância e apoiar as ações do Comitê de Inclusão da UDESC.

Com a legitimação do LEdI, algumas ações foram encampadas institucionalmente como, por exemplo, na área do ensino, a inclusão da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para todos os Centros da Universidade que oferecem cursos de licenciatura. Outra ação que se configura como essencial é o atendimento à demanda de alunos com necessidades educacionais diferenciadas, procedentes de outros Centros de nossa Universidade, através de um trabalho sistemático com os docentes e discentes envolvidos no processo de inclusão desses educandos.

Já é possível vislumbrar, no espaço da UDESC, alguns resultados promovidos. No entanto, muito ainda precisa ser feito para que a inclusão, como preconizada em Lei, seja uma realidade. Vencer barreiras atitudinais é um grande desafio para o qual o LEdI tem se mostrado capaz na medida que promove o diálogo e ultrapassa, de forma indisciplinar, os diferentes espaços de nossa Universidade, aproximando a comunidade sensível à temática para que, cooperativamente, as ações necessárias sejam projetadas e realizadas, minimizando os mecanismos de exclusão e promovendo a aceitação das diferenças como elemento constitutivo da identidade de todos nós.

Ultrapassar a Inclusão Teórica para alcançar de forma eficiente e concreta a Inclusão Total tem sido objetivo norteador das ações do LEdI. Acredita-se que, através da abertura deste espaço de diálogo, novas possibilidades surgirão ampliando ainda

mais as ações nesse âmbito, aproximando a realidade educacional do ideário preconizado pela Declaração de Salamanca a qual preconiza que as diferenças individuais devam ser respeitadas e valorizadas.

O LEDI propõe-se a auxiliar a UDESC no cumprimento de seu compromisso junto à sociedade catarinense na oferta de ensino público de excelência e, dessa forma, institui-se como um marco na história dessa Universidade à medida que promove ações que minimizam os mecanismos de exclusão e tornam real o direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

BECHE, Rose Clér E., SILVA, Solange C. da. **LEDI: Laboratório de Educação Inclusiva – Uma experiência na Educação a Distância**. Anais do VI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Disponível em: http://www.uemanet.uema.br/artigos_esud/60622.pdf. Acesso em 03 de novembro de 2010.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

GÓES, M. C. R. **Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural**. In: OLIVEIRA, M, K.; SOUZA, D. T.; REGO, T. C. (orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

JANNUZZI, Gilberta. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao século XXI. 2ª edição**. Campinas. SP: Autores associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon Editora SENAC, 1997.

MENDES, Cândido,; SOARES, Luiz Eduardo. **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

REZENDE, Flávia Amaral. **Educação Especial e a EaD**. In LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Manuel M. M. (orgs.). **Educação a Distância: O Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html#Rodapé>. Acesso em 03 de setembro de 2009

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro**. In.: RODRIGUES, David. (Org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 18-31, 2006.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VERÍSSIMO, Hildemar. **Inclusão: a educação da pessoa com necessidades educativas especiais–velhos e novos paradigmas**. Disponível em http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2001_Artigo%202.rtf. Acesso em 25 de julho de 2007.